



Concordia S.A. - Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

CNPJ nº 52.904.364/0001-08

São Paulo Rua Líbero Badaró, 425 - 23º andar - Tel. (11) 3292-1400 | Rio de Janeiro Av. Rio Branco, 110 - 32º andar - Tel. (21) 2101-8300

www.concordia.com.br



Relatório da Administração

Srs. Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da **Concordia S.A. - Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities** ("Concordia"), que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, assim como as notas explicativas, referentes aos semestres encerrados em 30 de junho de 2014 e 2013, acompanhados do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

A Concordia apresentou no encerramento do primeiro semestre de 2014 um prejuízo de R\$ 433 mil, contra um lucro líquido de R\$ 1.747 mil no primeiro semestre de 2013. Encerramos o primeiro semestre de 2014, tendo sob nossa administração um total de recursos de terceiros de R\$ 2.003.294 mil, contra R\$ 2.500.289 mil no encerramento do primeiro semestre de 2013. Esses recursos estão representados por fundos de investimentos e clubes de investimentos. O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 3.849, de 25 de março de 2010. A Concordia é sediada na

capital de São Paulo e possui filial na capital do Rio de Janeiro. Toda essa estrutura conta com um quadro de funcionários composto por 106 pessoas, o que assegurou à Concordia, uma presença operacional importante nas principais praças financeiras do País.

São Paulo, 28 de Agosto de 2014

A Administração

Balanços Patrimoniais

Em 30 de Junho de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2014		2013		Passivo	Nota explicativa	2014		2013	
Circulante		87.575	136.415	87.575	136.415	Circulante		49.292	97.746	49.292	97.746
Disponibilidades	4	241	1.610	241	1.610	Captações no mercado aberto		—	546	—	546
Aplicações interfinanceiras de liquidez		9.250	15.703	9.250	15.703	Carteira própria	11	—	—	—	—
Aplicações no mercado aberto	4	9.250	15.703	9.250	15.703	Outras obrigações		49.292	97.200	49.292	97.200
TVM e instrumentos financeiros derivativos	5	38.235	35.835	38.235	35.835	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		—	2	—	2
Carteira própria		7.294	3.442	7.294	3.442	Sociais e estatutárias		—	570	—	570
Vinculados a compromissos de recompra		—	548	—	548	Fiscais e previdenciárias	12 a	—	716	—	1.059
Vinculados a prestação de garantias		30.941	31.845	30.941	31.845	Negociação e intermediação de valores	6	43.942	91.378	43.942	91.378
Outros créditos		39.292	82.471	39.292	82.471	Diversos	12 b	4.064	4.761	4.064	4.761
Rendas a receber		588	843	588	843	Exigível a longo prazo		17.333	16.205	17.333	16.205
Negociação e intermediação de valores	6	37.107	80.558	37.107	80.558	Outras obrigações		17.333	16.205	17.333	16.205
Diversos	7	1.597	1.070	1.597	1.070	Fiscais e previdenciárias	12 a	16.067	14.861	16.067	14.861
Outros valores e bens		557	796	557	796	Diversos	12 b	1.266	1.344	1.266	1.344
Despesas antecipadas		—	796	—	796	Patrimônio líquido	13	44.181	45.014	44.181	45.014
Realizável a longo prazo		20.386	18.850	20.386	18.850	Capital		44.181	45.014	44.181	45.014
Outros créditos		20.386	18.850	20.386	18.850	De domiciliados no país		36.000	36.000	36.000	36.000
Diversos	7	20.386	18.850	20.386	18.850	Reservas de lucros		8.616	7.357	8.616	7.357
Permanente		2.845	3.700	2.845	3.700	Ajustes de avaliação patrimonial	(2)	(3)	(3)	(3)	(3)
Investimentos	8	1.191	1.687	1.191	1.687	(Prejuízos)/lucros acumulados		(433)	1.660	(433)	1.660
Outros investimentos		1.670	1.687	1.670	1.687						
(-) Provisões para perdas		(479)	—	(479)	—						
Imobilizado de uso	9	1.239	1.467	1.239	1.467						
Outras imobilizações de uso		5.103	4.976	5.103	4.976						
(-) Depreciações acumuladas		(3.864)	(3.509)	(3.864)	(3.509)						
Intangível		407	524	407	524						
Ativos Intangíveis		1.187	1.111	1.187	1.111						
(-) Amortizações acumuladas		(780)	(587)	(780)	(587)						
Diferido		8	22	8	22						
Gastos de organização e expansão		1.922	1.972	1.922	1.972						
(-) Amortizações acumuladas		(1.914)	(1.900)	(1.914)	(1.900)						
Total		110.806	158.965	110.806	158.965	Total		110.806	158.965	110.806	158.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres Fimados em 30 de Junho de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reservas para expansão	Reservas de Lucros	Reservas especiais de Lucros	Ajustes de valor patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	2014		2013	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.000	5.165	749	1.356	—	(3)	—	43.270	(3)	—	43.270
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	(3)	—	—	(3)	—	—
Lucro do semestre	—	—	—	—	—	—	1.747	—	—	1.747	—
Destinações:											
Reserva legal	—	87	—	—	—	—	(87)	—	—	—	—
Saldos em 30 de junho de 2013	36.000	5.252	749	1.356	—	(3)	1.660	45.014	(3)	1.744	46.762
Mutações do semestre	—	87	—	—	—	(3)	1.660	1.744	(3)	—	1.744
Saldos em 31 de dezembro de 2013	36.000	5.266	1.051	2.299	—	(2)	—	44.616	(2)	—	44.616
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	(2)	—	—	(2)	—	—
Prejuízo do semestre	—	—	—	—	—	—	(433)	—	—	(433)	—
Destinações:											
Reserva legal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldos em 30 de junho de 2014	36.000	5.266	1.051	2.299	—	(2)	(433)	44.181	(2)	(433)	43.748
Mutações do semestre	—	—	—	—	—	(2)	(433)	(433)	(2)	(433)	(433)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concordia S.A. - Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities ("Concordia"), tem por objeto social, operar, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, administração de recursos de terceiros e demais atividades permitidas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A Concordia é responsável pela administração de fundos de investimentos e clubes de investimentos cujos patrimônios em 30 de junho de 2014, somam R\$ 2.003.294 (R\$ 2.500.289 em 30 de junho de 2013). Em 13 de maio de 2014, foi sancionada a Lei 12.973 que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CSL, PIS e Cofins. A Lei 12.973/14 dispõe sobre: i. a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; ii. a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e relacionadas; e iii. o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Embora a Lei 12.973 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração da Concordia não optou pela adoção antecipada.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, que já consideram as alterações trazidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/08, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03); Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação de partes relacionadas (CPC 05); Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10); Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e reificação de erro (CPC 23); Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1). Atualmente, não existe previsão de aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN) dos demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, se o impacto dos mesmos se dar de maneira prospectiva ou retrospectiva nas demonstrações financeiras. Contudo em levantamento efetuado, a implementação dos demais CPCs não ocasiona impacto relevante nas demonstrações financeiras da Concordia. A autorização para emissão das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2014 foi concedida pela Diretoria em 28 de agosto de 2014.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Concordia adota as seguintes práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras: **a. Ajuste do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, são representados por disponibilidades em moeda nacional, e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizadas pela Concordia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Concordia, use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisões para contingências e valorização de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Estão demonstradas pelo valor de compra com compromisso de revenda, acrescidas dos rendimentos decorridos, calculados em base "pro rata die". **e. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido na Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, estão classificados nas seguintes categorias: **Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles que a companhia tem a intenção e capacidade financeira para efetuar o resgate somente no vencimento. São avaliados à taxa de juros contratada pelo regime de competência "pro rata die". Em 30 de junho de 2014 e 2013, a Concordia não possui papéis classificados nesta categoria. **Títulos para negociação** - considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados pelo valor de mercado, com as perdas e os ganhos reconhecidos diretamente no resultado do semestre. **Títulos disponíveis para venda** - não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento", esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. As perdas e os ganhos, quando realizados, são reconhecidos diretamente no resultado do semestre. **f. Negociação e intermediação de valores:** Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber, realizadas na BM&FBovespa S.A., por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos e intermediação de valores. **g. Créditos tributários:** Constituídos de acordo com as resoluções do CMN nº 3.059/02 e nº 3.355/06, as quais determina que a instituição deve atender cumulativamente as seguintes condições: a) Apresentar histórico de lucros ou depósitos tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. b) Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição, baseados em estudo técnico. Os créditos tributários sobre as adições temporárias, foram calculadas às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 15% para contribuição social sobre o lucro e estão apresentados como "Outros créditos - diversos" conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.b. Os benefícios fiscais provenientes do direito de compensação de outras diferenças temporárias somente são reconhecidos quando efetivamente utilizados, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.b. **h. Outros ativos e passivos:** Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias em base "pro rata die" e provisões para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias em base "pro rata die". **i. Permanente:** **i. Investimentos:** São avaliados pelo método de custo de aquisição, deduzidas das provisões para perdas, quando aplicável. **ii. Imobilizado de uso:** É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, e as principais taxas anuais são: 20% ao ano para equipamentos de processamento de dados e 10% ao ano para outros bens. **iii. Intangível:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto os bens "incorpóreos" destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. **iv. Diferido:** Corresponde aos gastos lógicos e benéficos em imóveis de terceiros que estão registrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. A partir de 30 de setembro de 2008, estes gastos não puderam ser mais registrados e os valores registrados até aquela data serão mantidos até a sua efetiva baixa. **j. Captações no mercado aberto:** Estão demonstradas pelo valor de venda com compromisso de recompra, acrescidas das despesas decorridas, calculados em base "pro rata die". **k. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais, e a contribuição social à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação em vigor. Os créditos tributários constituídos sobre as diferenças intertemporais entre o resultado contábil e o fiscal são calculados pelas alíquotas do imposto de renda e a contribuição social descritas acima. **l. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos no Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela Administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são: **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável uma saída de recurso que incorporem os benefícios econômicos para liquidar à obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem deduzi-los das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN). Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação de índices, são atualizadas até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre. **m. Avaliação do valor recuperável:** Semestralmente, com base em análise da Administração da Concordia, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Concordia exceder o seu valor recuperável é reconhecida uma perda de recuperação de ativos no resultado do semestre.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2014 e 2013 a posição de caixa e equivalentes de caixa é constituído por:

	2014	2013
Disponibilidades	241	1.610
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.250	15.703
Total de caixa e equivalentes de caixa	9.491	17.313

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por operações compromissadas no valor de R\$ 9.250 (R\$ 15.703 em 30 de junho de 2013), remuneradas a taxas pré fixadas, lastreadas em títulos públicos (LTNs) e com vencimento em 1º de julho de 2014.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As carteiras de títulos e valores mobiliários em 30 de Junho de 2014 e 2013 estão classificadas nas categorias títulos para negociação e títulos disponíveis para venda e estão apresentadas como segue:

a. Composição dos títulos e valores mobiliários:

	2014	2013
Títulos para negociação:		
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.294	3.442
Vinculados a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	548
Títulos disponíveis para venda:		
Vinculados à prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)	30.941	31.845
Total	38.235	35.835

(*) Os títulos são dados como margem de garantias para as operações junto a BM&FBovespa e a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

b. Quadro demonstr

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

(Em milhares de Reais)

—* continuação

dos títulos patrimoniais da Bovespa e BM&F. A contingência no valor de R\$ 8.183, está provisionada e atualizada monetariamente com um valor presente de R\$ 13.256, sendo objeto de depósito judicial no valor de R\$ 10.368, que está atualizado monetariamente com um valor presente de R\$ 16.624. Além deste, temos o valor de R\$ 156 que está atualizado monetariamente com um valor presente de R\$ 307, no aguardo de decisão para levantamento judicial.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, foi constituída provisão de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 160, referente ao processo de desmutualização da Cetip ocorrido no 2º semestre de 2008, que está atualizado monetariamente com um valor presente de R\$ 241. A Concórdia foi autuada pela Receita Federal em março de 2010 e maio de 2011, referente ao PIS e COFINS incidentes nas receitas obtidas nas desmutualizações da Bovespa e BM&F realizadas em 2007 e nas vendas efetuadas em 2008. A Concórdia defende-se administrativamente e o assessor jurídico classifica estes processos com probabilidade de perda possível. Para estes processos não foram constituídas provisões e os valores envolvidos estimados para 2007 é de R\$ 20.510 e referente às operações em 2008 é de R\$ 24.967, totalizando R\$ 45.477.

(b) Os "recursos trabalhistas" estão classificados no "realizável a longo prazo" no grupo "outros créditos diversos" e as "contingências trabalhistas" estão classificadas no "exigível a longo prazo" no grupo "diversos". Para os casos classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda provável foram constituídas provisões no valor de R\$ 1.266, mantendo entretanto, os depósitos judiciais requeridos para andamento dos processos na esfera jurídica no valor de R\$ 570. A Concórdia é parte em outras reclamações "trabalhistas e cíveis" cujo assessor jurídico classifica com probabilidade de perda possível. Para estas reclamações não foram constituídas provisões e o valor envolvido estimado é, respectivamente, de R\$ 375 e R\$ 410.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	2014	2013
Resultado antes da tributação sobre o lucro e deduzidas as participações e juros sobre capital próprio	(411)	3.145
Adições(exclusões):	612	(546)
Provisão para contingências	118	431
Ajustes/(reversões) de títulos a valor de mercado	2	1
Provisões/(reversões) não dedutíveis	474	(995)
Outros	18	17
Base de cálculo dos tributos	201	2.599
Imposto de renda	(38)	(638)
Contribuição social	(30)	(390)
Incentivos fiscais - (PAT e Fundos de Direitos da Criança)	1	—
Imposto devido	(67)	(1.012)
Constituição/(reversão) de crédito tributário sobre adições temporárias	255	1.945
IRPJ/CSLL - Diferido	(210)	(2.162)
IRPJ/CSLL - Exercícios anteriores	—	(169)
Total	(22)	(1.398)

b. **Créditos tributários:** Em 30 de Junho de 2014, a Concórdia constituiu créditos tributários no valor de R\$ 2.843 (R\$ 2.490 em 2013), tomando-se por base as adições temporárias. A Concórdia entende que irá compensar esses créditos tributários no prazo de até 2 anos. Esses valores encontram-se apresentados na rubrica "Outros créditos - diversos".

c. Composição do crédito tributário em 30/06/2014:

	30/06/2014	30/06/2013
Imposto de renda	1.777	1.556
Contribuição social	1.066	934
Total	2.843	2.490

d. Previsão de realização do crédito tributário em 30/06/2014:

Exercício	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2015	1.777	1.066	2.843
Total	1.777	1.066	2.843

e. Movimentação do crédito tributário:

	Saldos em		Movimentações		Saldos em	
	31/12/2013	Constituições	Realizações	30/06/2014	30/06/2013	
Provisão para passivos trabalhistas	459	47	—	506	537	
Provisões não dedutíveis - Outros benefícios	215	18	—	233	187	
Provisões não dedutíveis - Outros	1.914	206	(16)	2.104	1.766	
Total	2.588	271	(16)	2.843	2.490	

f. Valor presente do crédito tributário:

Exercício	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2014	1.442	865	2.307
Total	1.442	865	2.307

g. Movimentação do imposto de renda diferido:

	Saldos em		Movimentações		Saldos em	
	31/12/2013	Constituições	Realizações	30/06/2014	30/06/2013	
IRPJ - Diferido	1.476	131	—	1.607	1.351	
CSLL - Diferido	885	78	—	963	811	
Total	2.361	209	—	2.570	2.162	

No semestre encerrado em 30 de junho de 2014, foi constituída provisão no valor de R\$ 209, proveniente da atualização monetária dos depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15, registrada na linha de despesas de IRPJ e CSLL - Diferido.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Receitas de prestação de serviços:

	2014	2013
Rendas de corretagem	13.337	17.993
Rendas de administração de fundos	2.720	3.126
Rendas de comissão de intermediação - BTC	938	966
Outras rendas	603	1.927
Total	17.598	24.012

b. Despesas administrativas:

	2014	2013
Despesa com serviços técnicos especializados	(6.535)	(8.110)
Despesa com comunicações	(2.036)	(1.627)
Despesa com serviços do sistema financeiro	(3.651)	(4.630)
Despesa com processamento de dados	(1.503)	(1.189)
Despesa com aluguel	(491)	(451)
Despesa com depreciação e amortização	(270)	(367)
Outras despesas	(1.018)	(1.402)
Total	(15.504)	(17.776)

c. Outras receitas/(despesas) operacionais:

	2014	2013
Recuperação de encargos e despesas	18	16
Reversão de provisões operacionais	3	29
Variação monetária - depósitos em garantias (**)	523	5.406
Outras rendas operacionais (*)	854	989
Variação monetária - riscos fiscais (**)	(408)	(4.388)
Despesas de provisões operacionais	(1)	—
Outras rendas operacionais	75	—
Outras despesas operacionais	(12)	(68)
Total	1.052	1.984

(*) Referente à Recuperação FINSOCIAL, conforme processo administrativo nº 16327.002325/99-33 no valor de R\$ 854. (**) Referente à atualização monetária dos depósitos judiciais no período de abril de 2008 a dezembro de 2013 e a atualização monetária das contingências fiscais no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2013, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

d. Resultado não operacional:

	2014	2013
Lucros na alienação de valores e bens	—	(1)
Perdas em investimento - incentivo fiscal	(479)	—
Total	(479)	(1)

e. **Auditoria independente:** A política de atuação da Concórdia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho

de 2013, não foram prestados pelos auditores independentes nem por partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa que afetem a independência do auditor.

17. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

a. **Custódia de terceiros:** Em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, os valores referenciais dos contratos de operações nos mercados a vista, termo, opções, futuro e renda fixa, sob custódia da Concórdia estão registrados em contas de compensação e estas operações podem ser resumidas da seguinte forma:

	2014	2013
Operações com ações - Vista	51.220.886	47.359.808
Operações com ativos financeiros - Mercado Futuro	10.672.569	22.779.566
Operações com ações - BTC	199.921	303.060
Operações com ações - Opções	1.180.493	690.325
Operações com renda fixa - CETIP	33.836.312	276.882
Operações com ações - Termo	139.198	299.281
Operações com Tesouro Direto	2	—
Operações com ativos financeiros - Disponível	11	10
Operações com Fundos de Conta e Ordem	6.164	—
Total	97.255.556	71.708.932

18. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

Em 30 de Junho de 2014 e 2013, os valores totais dos patrimônios líquidos dos fundos e clubes de investimentos, sob a administração da Concórdia, estão registrados em contas de compensação e podem ser resumidos da seguinte forma:

	2014	2013
Fundos de investimento	1.947.857	2.451.886
Clubes de investimento	55.437	48.403
Total	2.003.294	2.500.289

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado e de liquidez é feito por área independente das unidades de negócios com reporte ao Diretor da instituição. **Gestão de risco operacional** - Foram desenvolvidas ações visando a implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN 3.380, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de *disclosure*. **Gestão de risco de mercado** - O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações. A Instituição se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN 3.464/07 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos. **Gestão do risco de liquidez** - O gerenciamento do risco de Liquidez é feito por sistema que permite o acompanhamento permanente das posições assumidas pelos clientes em todas as operações nos mercados em que atua, de forma a evidenciar o risco de liquidez decorrente das atividades desenvolvidas pela Instituição, conforme exigido pela Resolução CMN 2.804/00. **Gestão do risco de crédito** - O risco de crédito incorrido pela instituição é imaterial, dado que a quase totalidade das operações realizadas estão no âmbito de câmaras de pagamento - CBLC e BM&F - nas quais a Concórdia atua exclusivamente como intermediadora.

20. LIMITES OPERACIONAIS (ACORDO DE BASILEIA)

A Concórdia está enquadrada nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	2014	2013
Risco de Crédito	58.508	104.283
Risco de Mercado	229	1
Risco Operacional	66.247	61.513
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	124.984	165.797
Patrimônio de Referência Nivel I (PR)	44.162	43.918
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*11%)	13.748	18.238
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	30.414	25.680
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	35,33%	26,49%

**A Diretoria****Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria da Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, tem a missão de ser órgão de auxílio permanente da Diretoria, e dentre suas atribuições, deve zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento dos normativos, regulamentos e das normas e políticas internas da instituição, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e interna, bem como pela eficiência do sistema de controles internos.

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da **Concórdia S.A. - Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concórdia S.A. - Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities ("Concórdia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração,

relevantes que pudessem indicar ao Comitê de Auditoria inconsistências materiais nas demonstrações financeiras da instituição. O Comitê de Auditoria da Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, com base nas atividades realizadas no decorrer do semestre e nas práticas acima mencionadas, recomenda à Diretoria Executiva da Sociedade, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2014.

São Paulo, 28 de agosto de 2014

Comitê de Auditoria**KPMG Auditores Independentes**

CRC 25P014428/O-6

**Zenko Nakasato**

Contador CRC 15P160769/O-0

São Paulo, 28 de agosto de 2014